

ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS: RELAÇÕES SOCIAIS, MOTIVAÇÃO E LAZER NA VELHICE¹

Recebido em: 22/05/2011

Aceito em: 28/11/2011

Aline Oliveira Dias²

Luciana Karine de Souza³

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: Este estudo discute algumas questões relacionadas à oferta de lazer para o público idoso a partir de diferentes contextos sociais. A discussão inicia comparando os diferentes significados nos termos empregados sócio-culturalmente para referir-se à velhice e àqueles que atingem essa faixa etária. A partir da compreensão dos termos e seus sentidos, foi possível debater o papel do lazer dos envelhecidos brasileiros, principalmente no âmbito dos grupos de convivência e dos programas de lazer direcionados especificamente a esta faixa etária. São traçados questionamentos acerca da idealização de uma velhice universalmente ativa e homogênea, e dos grupos de convivência como espaços únicos de excelência na promoção de lazer ao idoso.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de Lazer. Idoso. Grupos Etários.

BETWEEN TEXTS AND CONTEXTS SOCIAL RELATIONSHIPS, MOTIVATION AND LEISURE IN OLDER PEOPLE

ABSTRACT: This study discusses some issues related to leisure offered to elderly citizens of different social contexts. The discussion begins comparing different social and cultural meanings of expressions used to refer to old age and the elderly. From the understanding of the expressions and meanings analyzed, it was possible to discuss the role of leisure of Brazilian elderly, especially in the realm of groups organized to promote socialization and leisure to this age range. The idealization of a universal, active, and homogenous old age is criticized, as well as the idealization of socialization groups as the only social context with excellence in promoting leisure to the elderly.

KEYWORDS: Leisure Activities. Aged. Age Groups.

1 Este texto é parte da Dissertação de Mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda. Parte deste manuscrito foi apresentado no XVII Conbrace. Agradecimentos a D. C. Silveira e G. A. de Moura. Apoio: CAPES; FAPEMIG; Mestrado em Lazer da UFMG.

2 Professora de Educação Física. Mestranda no Curso de Mestrado em Lazer da UFMG.

3 Doutora em Psicologia do Desenvolvimento. Docente e pesquisadora da UFMG.

Introdução

De acordo com estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), em 2025 a população mundial de idosos poderá chegar a 1,2 bilhão de pessoas. A população idosa brasileira já soma 19 milhões de pessoas (PNAD, 2007).

A associação entre a redução dos níveis de fecundidade e de mortalidade no Brasil tem gerado alterações em seu padrão etário populacional, especialmente a partir de meados dos anos de 1980. Dessa forma, a classificação desse como um país jovem está sendo abandonado. Afinal, a pirâmide populacional do país, cujo formato era tipicamente triangular, com uma base alargada, está se invertendo, aproximando-se do perfil de uma sociedade em acelerado processo de envelhecimento. Esse envelhecimento populacional caracteriza-se pela redução da participação relativa de crianças e jovens, acompanhada do aumento do peso proporcional dos adultos e, particularmente, dos idosos. Essa situação é evidenciada pela comparação dos dados de Projeção da População do Brasil por sexo e idade, de 1980 a 2050, revisados e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008. Além disso, esses dados evidenciam que, em 2008, enquanto as crianças de 0 a 14 anos de idade correspondiam a 26,47% da população total, as pessoas com 65 anos ou mais representava 6,53%; em 2050, estima-se que o primeiro grupo representará 13,15%, ao passo que a população idosa ultrapassará os 22,71% da população total (IBGE, 2008).

Zahreddine e Rigotti (2006), avaliaram a dinâmica do envelhecimento populacional específica da cidade de Belo Horizonte, nos anos de 1991 e 2000. Os autores observaram que em 1991, a população total belo horizontina era de 2.020.161 milhões de habitantes, dos quais 146.537 possuíam idade igual ou superior a 60 anos (categoria definida como idoso pelo Estatuto do Idoso), isto é, 7,2% da população. Já

em 2000, Belo Horizonte contava com uma população de 2.238.526 milhões de habitantes; os idosos somavam 204.573, o que corresponde a 9,14% da população total. Os dados mostram, assim, que de 1991 para 2000 o número absoluto da população idosa apresentou um crescimento de 28,36%, indicando um considerável crescimento da população idosa para a cidade de Belo Horizonte. Esse crescimento populacional mostra, de acordo com o índice de idosos proposto por Zahreddine e Rigotti (2006), que em 1991 a população da cidade se encontrava em nível intermediário de envelhecimento, ao passo que no ano de 2000 a população passou a caracterizar-se como relativamente idosa.

Esse aumento acelerado da longevidade a nível global tem impulsionado a produção científica mundial acerca dos estudos sobre o envelhecimento, a fim de compreender melhor esse fenômeno e suas consequências. Assim, estudar o envelhecimento torna-se mais importante, pois, conforme Assis e Martin (2010), “investigar a velhice de hoje é preparar as futuras gerações para uma velhice melhor” (p.57).

Nesse sentido, construir uma velhice melhor a cada geração consiste em proporcionar uma melhor qualidade de vida para o envelhecido. Afinal, o maior desafio não se concentra mais em alcançar a longevidade, mas em alcançá-la com qualidade de vida (REZENDE, 2008; MORAGAS, 1997; VECCHIA *et al.*, 2005).

De acordo com o grupo de especialistas em qualidade de vida da OMS (THE WHOQOL GROUP, 1995), qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo acerca de sua posição na vida, com base no contexto cultural, em seus valores, objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Esse conceito abrange saúde física, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua

relação com as principais características do contexto onde vive. Dessa forma, o foco é no indivíduo, o que caracteriza a qualidade de vida subjetiva, a partir da percepção que se tem de todos os fatores definidores de sua vida.

Ribeiro e colaboradores (2002) reforçam a importância de identificar o que é qualidade de vida para o indivíduo e, ao indagar 29 idosos participantes de um grupo de terceira idade da cidade de Viçosa (MG), notaram que as representações de envelhecimento e qualidade de vida ultrapassam os limites biomédicos e se revestem de significados próprios, individualizados. Para os idosos da pesquisa, qualidade de vida relaciona-se com a capacidade de realizar atividades sem interferência de outras pessoas, ou seja, com autonomia, segurança sócio-econômica, boa compreensão dos fenômenos saúde-doença e boas relações familiares. Todos estes aspectos são contemplados na análise da qualidade de vida de qualquer indivíduo, como trabalhado pelo grupo WHOQOL. A este respeito Neri (2007) lembra que é necessário avaliar aspectos subjetivos junto a variáveis objetivas (renda, classe social, escolaridade, etc.) para melhor analisar a qualidade de vida na velhice.

A velhice e seus significados

Há muitos estigmas sociais com relação ao envelhecimento e aos indivíduos classificados cronologicamente como velhos. Entretanto, esses estigmas são mantidos ao longo dos anos ao desconsiderar que todo indivíduo, exceto em casos de morte precoce, alcançará a velhice. Afinal, o envelhecimento, de acordo com Oliveira (2000), é um processo natural ao qual todo ser humano está submetido, e envolve uma série de transformações biopsicossociais que alteram sua relação com a sociedade.

No que diz respeito às teorias disponíveis para explicar o envelhecimento,

Farinatti (2008) as compara como teorias biológicas ou teorias sociais. As biológicas examinam o declínio e a degeneração funcional e estrutural dos sistemas orgânicos e das células. As teorias sociais analisam o idoso frente a seus papéis sociais, envolvimento social e na partilha de códigos e de comportamentos entre os idosos.

Na teoria da perspectiva do curso de vida, importa analisar o envelhecimento como um processo social, psicológico e biológico, o qual, portanto, deve ser estudado do nascimento à morte, e não apenas durante a velhice (SIQUEIRA, 2008). Dentro da perspectiva do curso de vida há a Teoria da Seletividade Socioemocional (TSS) proposta por Carstensen (1995). A TSS sustenta que a interação social é motivada por ampla variedade de metas individuais, e não por imposição da sociedade. Assim, para a realização dessas metas, há motivos sociais específicos e estratégias comportamentais que se alteram ao longo da vida. Dessa forma, de acordo com a TSS, a redução da quantidade de parceiros sociais e de contato social por parte dos idosos reflete a relativa perda de significado de algumas metas associada ao aumento do significado das emoções na vida desses indivíduos. Essa teoria indica que o lugar que o indivíduo ocupa no ciclo da vida afeta suas prioridades nas relações sociais. Assim, o idoso, por se preocupar menos com o futuro, aproveita mais intensamente o presente, selecionando atividades e contatos sociais conforme suas necessidades, preferências e apegos.

Moragas (1997) discute três concepções de velhice: cronológica, funcional e etapa vital. A cronológica é definida pelo indivíduo ter atingido 65 anos, de acordo com a OMS, e baseia-se nas ideias tradicionais de afastamento do trabalho profissional e do tempo de vida em que ocorre a aposentadoria. Para ele, essa concepção é por demais objetiva, pois desconsidera as diferenças de padrão de vida e de qualidade do tempo vivido. A funcional, considerada restrita por Moragas (1997), consiste na relação

tradicional de velhice e suas limitações, pois indica que o velho é incapaz e limitado. Já a velhice compreendida como etapa vital é, para o autor, a definição mais equilibrada e atual, pois reconhece que o transcurso do tempo produz alterações na pessoa, caracterizando uma etapa diferente das vividas previamente. Essa concepção aborda a velhice com naturalidade, como uma fase de vida em situação de igualdade de importância diante das fases anteriores.

É fundamental considerar, em meio a distintas classificações, que tanto o processo de envelhecer como a etapa de vida da velhice pode se manifestar de forma diferenciada de um indivíduo a outro. Conforme Spirduso (2005) “existem duas verdades sobre o envelhecimento: a primeira é que todos envelhecem (se não morrerem jovens), a segunda é que todos envelhecem de formas diferentes” (p. 3). Neri e Cachioni (1999) ressaltam as realidades heterogêneas na ancianidade. Dessa forma, o modo de envelhecer depende do estilo de vida, de fatores genéticos, do contexto onde se insere, e da ocorrência de patologias. Ou seja, embora seja o envelhecimento envolva características universais, deve-se considerar a trajetória peculiar de cada indivíduo, de cada ser idoso (CAMPAGNA; SCHWARTZ, 2010).

McPherson (2000) contribui para o debate ao evidenciar a importância de se abandonar a ideia de caracterizar a velhice como um grupo social homogêneo. Para ele,

Os membros de um grupo etário, embora tenham passado por experiências sociais e históricas específicas durante o mesmo estágio de suas vidas, formam um grupo muito heterogêneo. [...] há muitos fatores relacionados à experiência e às oportunidades que tiveram na vida, que podem influenciar os valores em relação ao lazer, às crenças, às atitudes, aos desejos e às necessidades. (p.230)

A percepção social acerca daquele que possui 60 anos ou mais envolve diferentes facetas. Venturi e Bokani (2007) investigaram o imaginário social (símbolos e representações sobre si e sobre a coletividade; BACZKO, 1984) brasileiro sobre a

velhice. Foram entrevistados 2.136 idosos e 1.608 indivíduos de 16 a 59 anos, distribuídos em 204 municípios situados nas cinco macrorregiões do Brasil (sudeste, nordeste, sul, norte e centro-oeste). A partir das entrevistas, notou-se que a chegada da velhice é associada principalmente a aspectos negativos em 88% dos idosos e 90% dos demais participantes; a maioria apontou que doenças ou debilidades físicas sinalizam o início da velhice (58% de idosos e 62% dos demais). Ainda que a velhice pareça ser considerada muito negativamente, a maior parte dos idosos (69%) relatou sentir-se bem com a própria idade. Para Venturi e Bokani (2007) isso mostra que a maioria desses indivíduos não se sente idoso (53%). Parece que é a partir dos 70 anos que os brasileiros se sentem verdadeiramente velhos. Com relação à classificação negativa da velhice, 44% da população adulta não idosa acredita que nessa fase há mais coisas ruins do que boas; para os idosos este percentual cai para 35, aproximado ao percentual de idosos que acredita que há mais coisas boas que ruins (33%). Esses e outros dados da pesquisa indicam que o julgamento da velhice como uma etapa de vida inferior às demais sofre mais influência de pessoas não-idosas, que, assim, parecem fundamentar sua atitude na construção social elaborada sobre a velhice como algo definitivamente negativo (REZENDE, 2008).

Motta (2002) ressalta o papel da cultura ocidental no modo de associar velhice e doenças. Nessa direção, Rezende (2008) destaca que o modo de toda uma sociedade compreender a velhice afeta o modo de o próprio idoso percebê-la, visto que, para a autora, os fatores extrínsecos geram maior impacto na autopercepção que os intrínsecos. Assim, no que tange a qualidade de vida o maior peso sobre a percepção do idoso sobre si dependeria de como seu grupo social valoriza a velhice.

Rezende (2008) alerta para o emprego atento dos termos para significar velhice

de maneira a não negá-la. Há uma crença social compartilhada de que o termo velhice carrega um significado de idoso como ser inferior, menosprezado e inútil. Todavia para a autora os termos “terceira idade”, “melhor idade”, “feliz idade”, “maturidade”, “idade de ouro” ao menos são tentativas sociais de construção de uma ideia de velho que não seja depreciativa, mas de um indivíduo melhor visto e aceito pela sociedade.

Barreto (1997) discute as expressões “terceira idade”, “maturidade” e “velho”. Para a autora, a primeira não é eficaz porque, se é a terceira idade, implica que as duas primeiras sejam a infância e a fase adulta, o que exclui a adolescência. A segunda é incoerente, porque a maturidade está presente em todas as fases da vida. E a palavra velho não deve ser comparada com algo descartável, sem serventia, pois uma coisa velha pode ser descartada, mas um ser humano velho não. Portanto, para Barreto (1997), a questão não está no termo em si, mas na analogia que a sociedade faz com relação ao termo, em concordância com Rezende (2008) e com Motta (2002).

Viana (1999) também não visualiza problema no emprego dos termos. Para a autora, são apenas nomenclaturas para se referir a um período da existência. Explica que a expressão *terceira idade* teria surgido na França, a partir da implantação das *Universités de Troisième Age*. Seria uma forma de tratamento não depreciativa para pessoas mais velhas, produzida socialmente, a exemplo dos termos infância, adolescência e idade adulta. Segundo ela, é um equívoco considerar as palavras jovem e velho como extremos, onde o jovem indicaria o ideal, e o velho um desequilíbrio.

A manipulação dos termos é tão intensa socialmente que os próprios velhos detém preferências nominais. Dias (1998), em estudo realizado com quatro idosas da Universidade para a Terceira Idade (UNITI/UFRGS), detectou diferenças quanto ao uso das expressões “ser velho” e “estar na terceira idade”. Desse modo, para essas alunas,

ser velho relaciona-se ao modo como a sociedade enxerga os idosos, com a noção intrínseca de inutilidade, de perdas de múltiplas origens, de isolamento social, de espera da morte. Estar na terceira idade indica uma nova forma de enxergar a velhice, onde o idoso se permite novas possibilidades, novas buscas, manutenção e ganhos de contatos sociais e, inclusive, um novo jeito social de perceber o envelhecimento – atitudes e comportamentos não esperados para esta faixa etária. Nessa mesma direção do trabalho de Dias (1998), na pesquisa de Jesus e Amaral (2007, p.55) as idosas do Projeto Esporte Cidadão, de Vila Velha (ES), entendem que estar na terceira idade é “não se sentir velha, é ter uma vida ativa, curtir a vida, ser independente, passar experiência de vida para os outros, viver melhor e mais tranquila, aproveitar mais a vida, viver intensamente, é sentir-se motivada, disposta e jovem” (grifo nosso).

Os trabalhos referidos a respeito do emprego de termos como velhice, terceira idade e semelhantes evidenciam que o problema não está no uso de um termo específico. Antes disso, a questão jaz no modo como as pessoas os comparam um em detrimento de outro, com base em valores e conotações que a sociedade lhes atribui.

Lazer e idoso

O lazer é mundialmente assegurado como um direito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e, a nível nacional, pela Constituição Brasileira de 1988. Com relação à situação específica do idoso e seu direito de acesso ao lazer, o Estatuto do Idoso, promulgado em 2003, o assegura através dos artigos 20 a 25. Na verdade, o lazer deve ser direito do idoso não porque este se encontra numa faixa etária diferenciada, mas porque a “prática do lazer é uma experiência pessoal que aumenta o processo de integração entre as pessoas, sejam estas jovens ou idosas, e não diferencia a idade do

indivíduo que a vivencia” (DIAS; SCHWARTZ, 2005, p.4). Por conseguinte, o acesso ao lazer deveria ser possível a todo cidadão, o que não exclui o idoso.

Na cidade de Belo Horizonte, há quatro órgãos do governo cujos textos referentes às suas atribuições incluem a lazer ou recreação: Secretaria Municipal Adjunta de Esportes (SMAES); Fundação de Parques Municipais; Fundação Municipal de Cultura; e Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (Belotur). Dentre esses, a SMAES é a mais envolvida com ações de lazer especificamente direcionadas ao público idoso com o programa “Vida Ativa”. Este programa oferece atividades como ginástica, alongamento, brincadeiras, danças, passeios e festas a pessoas com idade igual ou superior a 50 anos (pré-idosos e idosos) (MUNHOZ, 2008).

Considera-se lazer como

[...] viver em liberdade relativa das forças compulsivas externas da cultura na qual se insere, de modo a ser capaz de agir a partir de vontade própria convincente através de formas que são individualmente prazerosas, que intuitivamente valem a pena, e fornecem uma base para a crença. (GODBNEY, 2003, p.11).

De acordo com Godbey (2003), a liberdade é relativa pois é, e deve ser, limitada socialmente. Essa relativa “liberdade de” fornece oportunidade de agir (“liberdade para”), e a motivação para agir é a vontade própria convincente. Desse modo, essa ideia inclui motivação interna, mas vai além. Afinal, ao se realizar uma atividade que intuitivamente vale a pena, pode significar que das primeiras vezes que a fazemos ela não implica lazer. Entretanto, se aprende a dela gostar e, por sua vez, se desenvolve uma crença acerca dela, ou seja, se apreende um sentido em vivenciá-la, não haverá necessidade de justificar a experimentação da mesma, mas somente experimentá-la.

Como o idoso dispõe de razoável tempo livre, ele possui condições, *a priori*, de ser sujeito de suas ações e de suas escolhas de lazer. Tempo livre é um tempo no qual o

autocondicionamento é superior ao heterocondicionamento, ou seja, as vontades e os anseios do indivíduo são maiores que as pressões e determinações externas (MUNNÉ, 1980; WAICHMAN, 1997).

Nesse ínterim, a oportunidade de escolha é aspecto central para compreensão do lazer; é característica crucial para estudar o lazer direcionado aos idosos. Assim, mais uma vez reforça-se a coerência em empregar essas definições de lazer e de tempo livre, que focalizam o sujeito e sua liberdade e espontaneidade. Como afirma Meister,

[...] o lazer como valor humano e para o ser humano deve ser resultante de uma livre escolha, participação espontânea, o que não quer dizer que não precisa ser incentivado. (...) É por isso que é preciso pensar uma cultura de lazer para todos, onde não exista apenas para alguns, para os que dispõem de dinheiro, em detrimento daqueles que não têm. (MEISTER, 2005, p.17)

Diferentes autores procuram caracterizar o lazer direcionado a idosos e sua relevância. Iwanowicz (2000), por exemplo, pondera que o lazer dos idosos tem importante função de suporte social à medida que envolve o desenvolvimento de novas habilidades, experiências e conhecimentos, fatores culminantes para possibilitar a autorrealização pessoal.

Do ponto de vista dos idosos, eles compreendem como lazer as experiências vivenciadas ou em estabelecimentos frequentados por eles ou com a própria rotina. Para as idosas do Projeto Esporte Cidadão, para exemplificar o primeiro tipo, as atividades desenvolvidas nas aulas de hidroginástica consistem em momentos de lazer porque possibilitam distração, relaxamento e descanso. Segundo as participantes, lazer é diversão, relaxamento, felicidade, tranquilidade, prazer, sair da rotina, fazer amigos, esquecer os problemas, estar com a família, conhecer novos lugares e fazer algo que não esteja relacionado ao trabalho (JESUS, 2007). Outros trabalhos também encontraram concepções semelhantes, como Dias e Schwartz (2005) com aposentados da cidade de

Rio Claro (SP) e Gomes e Pinto (2007) com idosos de um projeto de extensão universitária. Estas formas de compreender o lazer, calcadas nas atividades realizadas, se aproximam, na verdade, às definições tradicionalmente utilizadas na literatura científica nacional, como as de J. Dumazedier, N. Marcellino e C. Gomes, visto que mencionam descanso, divertimento, desenvolvimento, socialização e aprendizagem.

O segundo tipo de concepção de lazer trazida nas falas de idosos é exemplificada por uma pesquisa com 19 idosos do grupo da terceira idade do SESC/Ribeirão Preto (SP). Eles definiram lazer conforme as atividades rotineiras, como cozinhar, passear, ver televisão. Ainda assim, todos caracterizaram o lazer como algo positivo em suas vidas (PEREIRA; PEREIRA; MORELLI, 2006).

É crescente a procura de idosos homens e mulheres por espaços que ofereçam atividades de lazer. Dessas ofertas, o SESC foi pioneiro na oferta de atividades de lazer a essa faixa etária, até a atualidade tendo papel fundamental nessa área. Os primeiros espaços ofertados pelo SESC constituíam-se em iniciativas educacionais brasileiras direcionadas a adultos mais velhos e idosos, baseadas na experiência francesa. Nos anos 1960, o SESC criou programas de lazer e de convivência para idosos, e cursos de preparação para a aposentadoria. Nos anos 1970, organizou os primeiros movimentos de idosos e as primeiras Escolas Abertas à Terceira Idade. Como pioneiro nessa experiência, a instituição gerou influência na criação de outros programas pelo país, além de propiciar a oportunidade de colocar a velhice na pauta das discussões profissionais e científicas (NERI; CACHIONI, 1999).

Para Silva, Silva e Meira (2009), o programa americano direcionado a velhos desenvolvido em 1950 influenciou os técnicos do SESC-SP. Tal influência posteriormente expandiu-se para as demais unidades brasileiras. Essa falta de

concordância quanto ao pioneirismo francês ou norte-americano ocorre devido à proximidade de datas nas quais as iniciativas surgiram nos dois países.

Devido à intensificação do envelhecimento populacional na França e nos Estados Unidos, estes dois países foram pioneiros na criação de oportunidades educacionais a idosos nos anos 1970. Influenciaram ideias, conceitos e modelos de trabalho por todo o mundo. A França, desde os anos de 1950 e 1960, deu início a alternativas educacionais para recém-aposentados, criando, inclusive, a expressão terceira idade. Os Estados Unidos agilizaram a criação de universidades, faculdades e serviços comunitários direcionados a adultos maduros e idosos após a criação do programa francês Universidade da Terceira Idade, em 1973 (CACHIONI, 1999).

De acordo com Cachioni (1999), os primeiros grupos de convivência (GCs) para idosos surgiram na década de 1960, com as mesmas características de serviço social e de desenvolvimento da sociabilidade utilizadas nas propostas com crianças, jovens e adultos. A programação foi elaborada com o intuito de preencher o tempo livre dessas pessoas. Somente a partir de 1970, e sob influência francesa, foram implementadas as

Escolas Abertas para a Terceira Idade, as quais exigiam um público com melhor qualificação educacional, com objetivo de oferecer aos velhos informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento, programas de preparação para aposentadoria e atualização cultural. Além dessa proposta educacional, essas escolas também ofertavam atividades físicas, manuais e artísticas, passeios e festas de confraternização. A preocupação com o lazer predomina nestas instituições até hoje e inspira diferentes GCs e estabelecimentos desenvolvidos fora do ambiente universitário.

Após as iniciativas do SESC, os GCs começaram a se espalhar pelo país, com características diversificadas, mas com base na experiência e na ideologia desta

instituição. Conforme Ferrari (2002) há três espaços que ofertam lazer para idosos, alterando apenas a sua nomenclatura: grupos de convivência abertos à terceira idade, universidades abertas à terceira idade, e programas de preparação para a aposentadoria.

Oliveira e Cabral (2004) entendem como GCs aqueles espaços que possibilitam a sociabilidade do grupo populacional com mais de 60 anos. Esses grupos também são denominados centros de vivência, clubes ou grupos da terceira idade. Os objetivos diferem, mas há pontos em comum: facilitam a sociabilização e a manutenção de direitos e papéis sociais; auxiliam o idoso a lidar com perdas; mantêm e adaptam pelo maior tempo possível as independências físicas, mentais e sociais; estimulam o desenvolvimento da criatividade; reconstróem padrões de vida e atividades; e avaliam o desempenho adaptativo do idoso como indicador de saúde (FERRARI, 2002).

Segundo Fenalti e Schwartz (2003), as universidades abertas à terceira idade procuram suprir a escassez de projetos sociais e educacionais mais densos e abrangentes para esta faixa etária. Teriam surgido na França em 1973 por iniciativa de Pierre Vellas, espalhando-se em seguida por toda a Europa. O SESC/Campinas (SP) foi responsável pela criação do primeiro projeto, a Escola Aberta à Terceira Idade, em 1977. Para as autoras, essas propostas, seguindo distintos procedimentos pedagógicos, contribuem para a valorização pessoal, convivência em grupo, participação social e ampliação da conscientização dos idosos acerca de suas responsabilidades e direitos.

Além do caráter educacional e do desenvolvimento de valores como a participação social e a conscientização, o lazer tem ocupado papel de destaque nesses programas. Eles oportunizam a educação para o lazer na terceira idade, para a redistribuição do tempo e o aproveitamento do tempo livre. Afinal, conforme Ferrari (2002), é uma geração que não aprendeu a atribuir importância ao tempo livre, mas

somente ao trabalho. É digno de nota que alguns idosos inclusive sofrem para se adaptar ao aumento do tempo livre e ao não-trabalho com o advento da aposentadoria.

De acordo com Uvinha (1999), a Faculdade da Terceira Idade (FEFISA), localizada em Santo André (SP), estimula o aprendizado de idosos em atividades diversas, a integração em grupo e o convívio social. O curso oferece 21 disciplinas, como História do Grande ABC Paulista, Condicionamento Físico, Código de Defesa do Consumidor, Danças de Salão, dentre outras. Percebe-se uma preocupação educacional nesse tipo de faculdade, mas divergente do que costuma ser ofertado em cursos superiores. Esta proposta constitui-se, portanto, numa educação permanente.

Deve-se atentar ao emprego das expressões educação permanente e educação continuada como objetivos dos programas das universidades da terceira idade. Neri e Cachioni (1999) destacam que a muitos programas desconhecem o significado destes dois termos, utilizando-os erroneamente. Assim, Giubilei (1993) esclarece que *educação continuada* corresponde ao prolongamento do sistema escolar por toda a vida, enquanto a *educação permanente* indica a necessidade de estudar e acompanhar a rapidez das mudanças mundiais, nos seus vários aspectos.

Muitas vezes há problemas quanto ao emprego de termos não apenas nos objetivos divulgados por esses programas, mas nos próprios nomes desses. Souza (2001) ressalta que as diferenças quanto aos nomes dos programas (universidade aberta à, para a, ou da terceira idade) pouco ou nada refletem o funcionamento desses e o que é ofertado aos idosos. A autora reconhece a dificuldade em alterar o nome de algum projeto devido à função que exerce, pois esses programas já traçaram uma trajetória e o nome apresenta relação com seu reconhecimento. Entretanto, destaca a importância do emprego de termos fidedignos à proposta da instituição, a fim de que os coordenadores

possam executar melhor o seu trabalho, os avaliadores possam avaliar corretamente e o público possa escolher verdadeiramente o local onde quer estar.

Em meio à preocupação com a aposentadoria, existem os programas de preparação para esta etapa social. Eles preparam para uma nova posição social, orientando a geração de idosos, que posiciona o trabalho como elemento central da vida, a redimensionar o tempo livre e atribuir nova importância ao lazer. Assim, os Programas de Pré-Aposentadoria surgiram no Brasil, a exemplo de outros países, devido aos problemas enfrentados pelos aposentados, em nível burocrático, social e psicológico, inclusive na relação com o tempo e em como enfrentar essa nova situação. Esses programas acompanham o trabalhador durante os anos anteriores à sua aposentadoria e podem auxiliar na educação para o lazer (FERRARI, 2002).

Frias (1999) apresenta um exemplo advindo do programa desenvolvido na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ (UnATI-UERJ): trata-se do *Programa de Valorização do Conhecimento do Idoso*. Nele os idosos realizam trabalhos voluntários em instituições asilares. Assim, com isso o velho mantém um papel social, adquire nova importância para si mesmo e também para a sociedade. Há também no SESC, de acordo com Teixeira (2007), programas de trabalho voluntário.

Há questionamentos sobre o caráter de lazer atribuído ao trabalho voluntário. Conforme Iwanowicz (2000), lazer enquanto trabalho voluntário seria um lazer prossocial. Segundo a autora (2000, p. 114),

[...] o lazer tem por objetivo manter a continuidade do processo de desenvolvimento social das pessoas, a continuidade da realização prática de si mesmo, da auto-realização através do trabalho, que possibilita a realização e expressão das possibilidades internas, numa construção do seu eu socialmente evoluído.

Nesse sentido, Iwanowicz (2000) destaca como é próxima a relação entre lazer e

trabalho, de modo que o trabalho voluntário pode, sim, ser considerado como lazer. Com ele os idosos se autorrealizam, participando nos trabalhos sociais, comunitários e familiares, e reconstróem alternativas de participação social ativa que atribuem mais sentido à existência.

Ivanowickz (2000) aponta também que ser voluntário relaciona-se com o papel fundamental do trabalho na construção e autorrealização social do idoso, principalmente ao considerar a atual geração de velhos. Essa geração atribui muita importância ao trabalho, mesmo após a aposentadoria, conforme destacam dados da pesquisa de Vilarino e Lopes (2008). A pesquisa, que entrevistou 30 idosos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) acerca da própria saúde, evidenciou que os idosos associaram trabalho à qualidade de vida, à saúde (capacidade para trabalhar) e à própria identidade – concepções cercadas por relações sociais advindas do mundo do trabalho e da construção de um sujeito trabalhador.

Carlos e colaboradores (1999) explicam que esse posicionamento produtivista da geração idosa é oriundo da transformação moderna da palavra trabalho, tornando-se a mais valorizada das atividades humanas. Aliado a isso, cabe lembrar que as primeiras ofertas de lazer específicas a idosos foram desenvolvidas pelo SESC-SP, estabelecimento intimamente ligado ao sistema de produção, o que torna ainda mais estreita a relação entre lazer e trabalho no imaginário social desses idosos.

É claro o marcado papel dos GCs para idosos no Brasil, tanto como novos espaços de lazer para a velhice, como novos contextos de desenvolvimento capazes de interferir significativamente no curso de vida do idoso, amparando-o em suas ressignificações de o que é envelhecer e ser velho, e de como interagir com o mundo e influenciar de modo autônomo a própria qualidade de vida. Importa a partir daí refletir

sobre o que motiva o idoso a buscar GCs. Deste modo, é interessante buscar o que já foi produzido na literatura acerca de possíveis motivos para justificar a participação ou não de idosos em um GC.

Refletindo sobre motivos de idosos para a desistência ou não participação em grupos de convivência

Motivação é definida por Carstensen (1995) como a condição consciente ou inconsciente do organismo que conduz a uma direção, a um modo de agir, a uma escolha. Na velhice, as escolhas, segundo a autora, são mais criteriosamente avaliadas, conforme as emoções que podem causar.

Na literatura nacional há pouco aprofundamento sobre os fatores que impulsionam idosos a fazer parte ou não de GCs. Como motivos para desistência ou da não participação dos idosos em programas de lazer ou de exercício físico específicos a essa faixa etária, em geral a literatura nacional indica problemas de saúde do idoso ou do cônjuge, morte do cônjuge ou de familiares, ou dificuldade de deslocamento até o local onde o grupo se encontra (CARDOSO *et al.*, 2008; VAROTO; TRUZZI; PAVARINI, 2004; GOMES; PINTO, 2007). Gomes e Pinto (2007) ainda destacam a falta de companhia motivadora para o velho realizar atividades, dinheiro para custeá-la, mobilização pessoal para mudar a rotina, segurança contra a violência urbana e a presença da crença de inadequação de experiências de lazer ao idoso.

Nesse sentido, é importante verificar motivos não relacionados à condição fisiopatológica do idoso e/ou de familiares nessa desistência e, anterior a isso, a não adesão de muitos idosos a esses programas. Esses dados auxiliariam no planejamento desses programas e na construção de outras possibilidades dentro da sociedade que atendam

esse público quanto à oferta de lazer. Por exemplo, quanto à crença de inadequação etária de algumas experiências de lazer (GOMES; PINTO, 2007), autores destacam a necessidade de combatê-la. Pereira, Pereira e Morelli (2006) relatam que essa concepção é responsável pelo olhar preconceituoso e generalizante, tanto da sociedade com relação ao idoso, como do idoso em relação a si mesmo. Essa visão, por sua vez, produz uma classificação dessa faixa etária como limitada física e culturalmente, restrita a pequenos interesses específicos aos velhos, e incapaz de se interessar e praticar determinadas atividades.

É um desafio para a Gerontologia desconstruir a velhice como etapa homogênea, na qual os sujeitos enfrentam todos os mesmos problemas, desconsiderando gênero, classe, religião, etnicidade (COSTA, 2001). Este desafio deve ser enfrentado nos estudos de lazer, pois, segundo Uvinha (1999, p.157), “aplicar o estudo do lazer na faixa etária ‘terceira idade’ não significa considerar necessariamente este público em uma categoria fechada, concebido de forma universal e sem relação com a sociedade”.

Somente confrontando a ideia de homogeneização desse público nos estudos de lazer é que poderão ser compreendidas as verdadeiras necessidades dos idosos dentro da relação de demanda e oferta de práticas de lazer. Afinal, como destacam Rezende (2008) e Melo (2003), é preciso atentar-se a glamourização dessa faixa etária. Esta glamourização classifica os velhos como indivíduos engajados socialmente, detentores de maior tempo livre, privilegiados por possuírem a idade que possuem. Mas isso, na verdade, tende a negar a velhice em toda a sua especificidade e, ao mesmo tempo, em sua heterogeneidade. Alves Junior (2004) complementa Rezende (2008) e Melo (2003) ao destacar que o perigo de considerar a velhice como um período no qual o ser humano tem acesso a tudo consiste em ignorar as diferenças sociais, as desigualdades e

injustiças que assolam grande parte da população brasileira.

Ao mesmo tempo, parece equivocado idealizar os idosos como um grupo detentor de interesses comuns quanto ao tempo disponível para o lazer e às escolhas dentro desse tempo. Conseqüentemente, uma perspectiva multicultural de sociedade deve ser à base dos estudos e dos programas de lazer, considerando que cada sujeito apresenta uma trajetória histórica e sócio-cultural peculiar (MELO, 2003). Assim, será mais fácil visualizar que os velhos, apesar de constituírem um mesmo grupo etário, são diferentes uns dos outros por traçarem desenhos de vida individualizados e, por sua vez, possuírem anseios diferenciados. Dessa forma, para atender às múltiplas expectativas, não cabe o ideal de um único tipo de programa de lazer para todos os idosos.

McPherson (2000), em estudo desenvolvido para auxiliar a Comissão direcionada à Terceira Idade da Associação Mundial de Lazer e Recreação e também pesquisadores e profissionais do campo do lazer a construir parâmetros de pesquisa e a melhor considerar a questão do idoso e sua relação com o lazer, comenta esses dois lados – idoso e programa – do perigo da homogeneização: “Aqueles que se dedicam a fornecer serviços ou produtos de lazer precisam analisar as mudanças no tamanho, na composição e na distribuição da população idosa e de meia-idade” (p. 234).

Os equívocos da generalização encontram-se por toda parte, em diferentes estudos e programas de lazer. A ideia de que o idoso é o indivíduo que dispõe de maior tempo livre, ao qual devem ser direcionados projetos de viagens, por exemplo, desconsidera se esse idoso gosta realmente de viajar e se o mesmo possui realmente tempo livre para usufruir tais projetos. Um programa de viagens para a terceira idade que considere a afirmação de Pereira, Pereira e Morelli (2006, p.2), de que os idosos “na sua maioria, são pessoas com tempo disponível para viajar o ano todo”, pode estranhar

caso o número de inscritos não atinja o mínimo esperado. Nesse sentido, Uvinha (1999, p.158) argumenta que “em nível de senso comum pode parecer que, após a vida do trabalho, o idoso desfruta integralmente de um tempo que é *livre* e automaticamente ligado ao *lazer*, numa relação ao meu ver mecânica e reducionista”. A este respeito, Melo (2003) aponta que muitos idosos exercem trabalho informal, obrigações familiares, prestam serviços para instituições de naturezas diversas, ou retornam ao mercado formal de trabalho.

De forma semelhante, é impreciso considerar que os membros desse grupo etário gostem apenas de certos conteúdos culturais. Esse fato pôde ser percebido no estudo de Gomes e Pinto (2007), o qual buscou identificar e analisar o que os idosos que participam de um projeto de extensão universitária compreendem como lazer, através de quais atividades vivenciam e alguns fatores que interferem na efetivação de suas experiências. O estudo evidenciou que os sujeitos investigados mencionaram atividades que podem ser relacionadas aos interesses do campo do lazer (físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais), sugeridos por Dumazedier (1976), e pelos interesses turísticos propostos por Camargo (1986). Dessa forma, através dessa relação encontrada nesse estudo de Gomes e Pinto (2007), foi possível suprimir a ideia de que o envelhecimento limita a vivência de diversificados conteúdos culturais.

É importante também salientar que esses conteúdos do campo do lazer (físicos, artísticos, manuais, intelectuais, sociais e turísticos), juntamente com o interesse virtual proposto por Schwartz (2003), não são exclusivos a esses locais de oferta de lazer específica aos idosos. Esse fato pode estar relacionado com a opção de muitos por saírem desses locais e de outros por não ingressarem nos mesmos. Há alguns aspectos que merecem ser estudados com relação à opção dos idosos por outros contextos.

A organização de programas de lazer exclusivos para a terceira idade desperta interesse em certos idosos. Contudo, não agrada outros, pois estes podem preferir locais onde há contato com outras gerações. Magnani (2009), em discussão acerca da baixa participação masculina nesses programas, aponta que

[...] ao invés de serem confinados a lugares específicos, poder-se ia pensar em formas de ampliar seu direito de circular, de usufruir. Se, de um lado é um direito seu ter espaços e instituições para o exercício de uma sociabilidade peculiar (com oferecimento de cuidados também peculiares) por outro lado cabe considerar que a cidade, na diversidade de seus espaços e equipamentos, abre um leque muito mais rico, mais amplo. (p.10)

Alves Junior (2008) concorda com Magnani (2009) ao expor sua preocupação com a segregação desse público, a fim de evitar a constituição de “guetos de idosos”. Do mesmo modo que a redução de idosos a certos espaços pode levar à falta de interesse dos mesmos por esses locais, a redução do lazer à prática de atividades físicas pode proporcionar os mesmos resultados. E, no entanto, é recorrente verificar a existência de estudos que fazem essa relação. A título de exemplo, Miranda, Guimarães e Simas (2007) analisaram os hábitos de lazer e estilo de vida de 23 padres e 49 freiras de Florianópolis (SC), com média de 75 anos de idade. Esses autores consideraram lazer e atividade física como sinônimos, e a prática de atividade física como lazer ativo.

Cabe considerar, também, que muitos idosos podem optar por não participar ou até por desistir desses programas simplesmente porque preferem ocupar seu tempo livre com atividades individualizadas, ou até mesmo fazer absolutamente nada. Melo (2003) destaca a necessidade de não classificar o tempo de lazer dentro de uma ótica funcionalista, pois ela engloba dois aspectos a serem rompidos. Primeiro, a importância de deixar de visualizar o lazer superficialmente como atenuante de problemas sociais que envolvem os velhos, como questões de saúde e morte de familiares. Segundo, a quebra com o funcionalismo advindo do sistema capitalista, em que o tempo de lazer

deve ser ocupado sempre e com atividades consideradas produtivas.

Compreender o idoso que não obedece à ótica funcionalista é perceber que ele também pode não se enquadrar no ideal de um sujeito ativo. Debert (1999) evidencia a construção desse ideal. A autora relata que os estereótipos antigamente elaborados acerca dos velhos como seres solitários e abandonados, vem sendo substituídos pela imagem do idoso ativo. Trata-se de um idoso capaz de: oferecer respostas criativas ao conjunto de mudanças sociais, remodelar identidades anteriores, adquirir novas formas de sociabilidade e de lazer, e relacionar-se com amigos e familiares.

Esse processo foi traçado pela soma de ações diferenciadas dentro da sociedade. Primeiramente, pela afirmação das organizações estatais e privadas dos programas para a terceira idade como respostas privilegiadas aos problemas sociais relacionados à faixa etária. Em segundo lugar, pela veiculação midiática, nas suas diversas facetas, da celebração do envelhecimento, como conceitua Debert (1999). Essa celebração considera esse período da vida como detentor de privilégios para a realização pessoal, e abrange a ideia de eterna juventude, obtida facilmente através de novas formas de se vestir, de obter lazer, de se relacionar. Em terceira instância, pela necessidade de a Gerontologia se readaptar a essas novas representações, sendo os gerontólogos muitas vezes consultados pelos meios de comunicação para descobrir como evitar as mazelas da velhice. Segundo Debert (1999), o reflexo negativo dessa construção imagética é considerar o envelhecimento como problema social, mas de responsabilidade individual. Ou seja, só apresenta dificuldades aquele indivíduo que não busca ser diferente, não se empenha numa nova carreira, não adere novas atividades de lazer, não ingressa em programas de manutenção corporal. A responsabilidade pelo modo de envelhecer seria toda direcionada ao próprio velho.

O lazer aparece, nesse sentido, como uma estratégia de evitar a velhice, possível de ser acessada por todo idoso. Na visão de Rodrigues (2002, p.106), “dentro de uma visão funcionalista e compensatória, o lazer vem, sob as vestes da saúde, trazendo a ideia da necessidade de manter uma vida ativa, adotar novas formas de comportamento levantando a bandeira da eterna juventude”. E justamente esse modo de enxergar o lazer pode ocasionar, muitas vezes, o efeito contrário ao esperado pelos programas ofertados: o afastamento do velho, por não se identificar com essa concepção.

Acaba-se caracterizando o envelhecimento ativo como uma condição fundamental para um envelhecimento bem-sucedido (ALVES JUNIOR, 2008) sem, contudo, observar a realidade da maioria idosa brasileira e o acesso real dos velhos ao que é ditado como necessário para obter esse envelhecimento. A partir daí cria-se uma série de necessidades julgadas como características dessa faixa etária, sem muitas vezes se conhecer o posicionamento e as vontades desses indivíduos. Nesse aspecto, há o risco, conforme Melo (2003), de o lazer começar a ser visto como estratégia de mercado, como possibilidade de gerar lucros através de serviços direcionados aos velhos, elaborados sem convidar esses indivíduos a questioná-los e construí-los. Desse modo, seria de maior contribuição científica e social evitar as representações socialmente construídas das escolhas dos velhos, e propor questionamentos direcionados ao idoso, que busquem, verdadeiramente, averiguar o interesse de idosos por certas práticas de lazer.

Refletindo sobre motivos de idosos para adesão e permanência prolongada em grupos de convivência

Há uma boa quantidade de estudos que disponibilizam dados obtidos através de

entrevistas e questionários acerca dos fatores que levam idosos a participar de GCs ou programas de lazer específicos à sua faixa etária e/ou a permanecer nesses locais por determinado tempo. Porém, há escassez de estudos que aprofundem as escolhas desses indivíduos. Neste aprofundamento, seria importante averiguar, por exemplo, uma possível relação de dependência do idoso com o programa.

Obviamente que se reconhece às oportunidades e ganhos dos idosos com esses programas de lazer. Afinal, a literatura científica nacional sobre o tema relata que os idosos

- buscam projetos de extensão universitária por considerá-los como experiência de lazer (GOMES; PINTO, 2006);

- recorrem a universidades abertas para a terceira idade para adquirir novos conhecimentos, busca por novas amizades, um novo sentido de vida, ocupação do tempo livre e lazer (SOUZA, 2001, 2004);

- participam de programas de lazer por aumentar o processo de integração entre as pessoas, a participação social, a ampliação dos laços de amizade, enfim, a sociabilização, fator motivacional para a escolha de práticas de lazer (PEREIRA; PEREIRA; MORELLI, 2006; OLIVEIRA; CABRAL, 2004; GOMES; PINTO, 2007; FENALTI; SCHWARTZ, 2003; GASPARI; SCHWARTZ, 2005; SOUZA; GARCIA, 2008);

- com estes espaços coletivos procuram manutenção do equilíbrio biopsicossocial (PENNA; SANTO, 2006), promoção da saúde por recomendação médica (PENNA; SANTO, 2006), atenuação ou afastamento de dores pré-existentes (GOMES; PINTO, 2007), melhoria da saúde em geral (FENALTI; SCHWARTZ, 2003) e da qualidade de vida (GASPARI; SCHWARTZ, 2005);

- objetivam ampliação da vontade de viver (GOMES; PINTO, 2007; FENALTI; SCHWARTZ, 2003); e
- estão nestes projetos pela extinção da solidão e aumento da auto-estima (BULSING *et al.*, 2007).

Entretanto, um dos pontos necessários à investigação científica, mesmo diante de tantas contribuições desses espaços para o tempo de lazer e para a própria vida dos idosos, são as relações de dependência, seja com o local em si (e, por sua vez, com as atividades oferecidas), seja com os demais idosos, especialmente se a companhia é o fator motivacional para frequentar esses espaços.

Segundo Baltes e Silverberg (1995), dependência implica num estado em que o indivíduo apresenta incapacidade de agir, nos mais diversos âmbitos, de modo satisfatório sem a ajuda de outrem. As autoras compreendem a importância do apego e das relações sociais ao longo de todo o ciclo vital, mas alertam para a diferença entre apego seguro e inseguro. De acordo com elas, o apego seguro refere-se ao reconhecimento por parte do indivíduo de que necessita de ajuda e contato com outros, o que é benéfico, inclusive, para a construção e reconstrução da autonomia individual. Ao contrário, o apego inseguro requer que o indivíduo se apoie totalmente em outro(s) ou em uma instituição, ferindo a sua capacidade autônoma e sua real liberdade. É neste último sentido que se argumenta sobre uma dependência possível de idosos sobre GCs ou sobre seus colegas-integrantes.

A dependência do idoso de uma figura poder como o coordenador de um programa, por exemplo, ou de alguma instituição, não é raramente encontrado. Kroeff (2001) investigou como os idosos da UNITI/UFRGS se organizavam nos sete subgrupos que mantinham e como tomavam decisões nesses grupos. O estudo verificou

que a maioria dos participantes reivindicava o papel de um líder, como um coordenador, para tomar decisões pelo grupo, mesmo quando os próprios coordenadores dos grupos incentivavam os indivíduos a exercerem sua autonomia. Para Kroeff (2001), isso é sinal de que o idoso precisa manter vínculos de dependência nos quais são “mais sujeitadas (a maioria dos participantes era de mulheres) do que sujeitos. Preferem ficar com *o poder* de conceder *o poder* ao outro e, assim, responsabiliza-lo pelas ações” (2001, p.119).

Outro ponto importante é o aspecto econômico, que também pode fundamentar a dependência de um determinado local, no qual os gastos com o lazer são irrisórios ou inexistentes. Na pesquisa de Gomes e Pinto (2007), a maior parte dos idosos estudados, a despeito de renda própria, realiza atividades de lazer sem gastos significativos. Nessa direção, é possível que alguns idosos – provavelmente os que não tem renda individual – dependam desses espaços para obter determinadas práticas de lazer, não tendo a oportunidade de vivenciar outras, pagas, que respondam a seus anseios.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de atitude e motivação individual dos idosos, de modo que podem acabar se restringindo e se conformando a esses espaços, não sendo capazes de procurar o que gostam por conta própria. Oliveira e Cabral (2004), no estudo que objetivou compreender as experiências de sociabilidade durante as atividades de lazer nos GCs de camadas populares de Campina Grande (PB), investigaram os idosos que não possuem outros meios ou recursos para desenvolver atividades de lazer fora do âmbito familiar. Eles relataram que para os entrevistados os recessos do grupo são encarados com ansiedade, com elevada expectativa pelo retorno às atividades, uma vez que os mesmos apenas saem de casa para ir aos grupos e se divertir. Essa afirmação demonstra a dependência desses velhos ao espaço frequentado, o que confirma a necessidade de se investigar com maior profundidade se a opção dos

idosos é pautada em vontades próprias ou em situações de dependência.

Lazer, escolha e autonomia nos idosos

Analisar as possíveis relações de dependência entre o idoso e GCs ou programas de lazer é importante para investigar os impedimentos à verdadeira autonomia, limitando o poder de escolha a programas específicos à faixa etária, no lugar de realizar escolhas de lazer dentro de toda uma cidade, como membro ativo e livre em uma sociedade. Será que cabe apenas ao idoso a responsabilidade por desenvolver sua autonomia? Será que há programas que se preocupam em incentivar o idoso a realizar buscas próprias, desvinculadas da instituição? Será que essas instituições promovem uma espécie de relação de apego inseguro no idoso, optando por conduzi-lo a não sair de suas portas?

É fundamental a ideia manifestada na “Carta do Lazer” (WRLA, 1998) de que o lazer assume grande relação com a opção livre por experiências, ou seja, com a liberdade de escolha. Dessa forma, acredita-se na importância de desenvolver estudos que estimulem os programas, por sua vez, a incentivar os idosos participantes a buscarem, não apenas na instituição, suas preferências de lazer. Conforme Rodrigues (2002, p.107), “os idosos devem ser preparados não para eleger produtos e sim caminhos, devem ter a liberdade de conceber e realizar projetos, de construir o lazer, não só de consumi-lo.”

Certamente não é apenas função das instituições preparar idosos para usufruir lazer nos diversos âmbitos sociais, mas também função de políticas públicas. Pereira, Pereira e Morelli (2006) ressaltam esta responsabilidade social:

Vemos como necessário, que a sociedade possibilite aos idosos maiores conhecimentos e informações as quais funcionarão como ferramenta, que lhes possibilitará terem mais autonomia e ampliar a visão de mundo ao conhecerem

seus direitos como cidadão. [...] Para isso, acreditamos ser necessário, que as organizações públicas e privadas invistam em cursos preparatórios que possam instrumentalizar o idoso para autogerir sua vida, seu corpo e seus direitos, englobando conhecimentos gerais, educação para saúde, direitos e deveres do cidadão. (p.6)

É importante verificar também a dependência dos idosos com relação a outro indivíduo para a realização de determinada prática de lazer. No estudo de Oliveira e Cabral (2004), uma idosa relatou que nos finais de semana vai dançar forró com o filho e que, quando ele não pode ir, ela chora. Nesse contexto, surgem alguns questionamentos como: por que essa idosa não convida outros idosos ou outras pessoas a irem ao forró com ela? Será que esse filho encoraja a mãe a se dirigir ao forró mesmo em sua ausência?

Talvez o fator mais crucial para desenvolvimento da autonomia do idoso seja simplesmente convida-lo a pensar e a participar de suas escolhas. Nesse sentido, Oliveira e Cabral (2004, p. 1633) atentam para a necessidade de incluir o indivíduo em todas as suas opções, de forma que “a possibilidade de reinterpretação e de manipulação do que é dado pela situação sócio-cultural localiza o indivíduo como elemento ativo e não apenas passivo da realidade”.

Castro (1998, 2001, 2004) mostra essa importância de situar o idoso, assim como qualquer indivíduo, como sujeito de suas ações, utilizando como exemplo a UNITI/UFRGS. Este projeto de extensão universitária, com 20 anos de trabalho, possui subprojetos coordenados pelos próprios participantes, através de autogestão, de modo que a criação de novos grupos pode ocorrer à medida que novos integrantes entrem e se disponibilizem a desenvolver coletivamente algum estudo ou atividade, compartilhando com os outros suas experiências de vida.

Outro exemplo de posicionar o idoso como agente de suas ações e escolhas é a

Comissão de Núcleo de Bairro, formada por alunas do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), de Feira de Santana (BA). As alunas dessa Comissão têm a função de visitar os idosos do bairro Coronel José Pinto a fim de estabelecer uma pauta comum de intenções, visando à intervenção sociocultural na comunidade. Assim, os velhos desse bairro tornam-se sujeitos políticos, capazes de agir em prol da revalorização do bairro e de seus espaços dedicados à cultura e ao lazer. Através dessa Comissão e da demanda dos velhos residentes, foi criado o Grupo de Convivência Viver Feliz, com cerca de 40 idosos, ofertando atividades culturais, reuniões semanais e atividades de lazer (AGUIAR *et al.*, 2006).

Melo (2003) atenta para a necessidade de considerar os idosos como agentes de suas escolhas de lazer, e não apenas como receptores. Para Gomes e Pinto (2006) o desenvolvimento dessa agência, no idoso, com relação à escolha das práticas de lazer baseia-se em duas responsabilidades – pessoal e social. Segundo os autores,

[...] por um lado, ainda é necessária uma conscientização dos idosos para que se informem sobre as atividades de lazer que acontecem na cidade e se mobilizem para vivenciá-las. Por outro lado, os responsáveis pela promoção dessas experiências precisam ampliar a divulgação dos eventos e propostas socioculturais que possibilitem a participação do público idoso, proporcionando-lhe maior acesso e diversificação de suas vivências de lazer. (p.128)

Assim, nos estudos acerca do lazer do idoso, é relevante perceber se esses idosos realmente praticam o que gostam, se estão apegados de modo inseguro e se são dependentes de grupos e espaços, limitando sua autonomia, liberdade, vontade e motivação. Além disso, cabe também refletir sobre quais ações podem contribuir para situá-lo como agente de suas práticas de lazer, conduzindo-o para além dos muros de uma instituição. Ao mesmo tempo em que este idoso se voltaria à sua cidade para buscar lazer ou a outros espaços não necessariamente específicos para idosos, isso

acarretaria abertura de vaga e possibilitaria que outros velhos participassem das ricas experiências de lazer em GCs ou projetos dedicados ao tema.

A compreensão das diferenças de sexo nas escolhas de lazer de idosos

Percebe-se na literatura nacional uma abordagem muito maior das práticas de lazer de idosas brasileiras do que de idosos. Claro que isto está relacionado à maior longevidade das mulheres na comparação com os homens. Entretanto, essa longevidade não explica a baixa adesão masculina aos programas de lazer destinados à velhice.

Ruschel (1998) percebeu que as próprias mulheres que frequentam a UNITI/UFRGS, maioria dentre os participantes, questionam sobre a baixa participação masculina no programa. A autora atribui essa diferença de adesão a uma inversão dos locais frequentados por homens e por mulheres, na velhice atual. Para Ruschel (1998) o homem, que passou maior parte do tempo fora de casa devido ao trabalho, na velhice, com a aposentadoria, prefere permanecer no lar. A mulher, por outro lado, que cuidou da casa toda a vida, passa a se interessar por outros ambientes, especialmente a fim de estabelecer novas interações sociais. O estudo de Areosa, Bevilacqua e Werner (2003), que investigou idosos que frequentam GCs em Santa Cruz do Sul (RS), também encontrou dados que reforçam essa diferença de gênero no uso dos espaços. A pesquisa verificou que grande parte das mulheres havia sido, ao longo da vida, dona de casa ou, no caso das que residiam no meio rural, agricultora, enquanto a maioria dos homens teria exercido cargos externos ao ambiente familiar, como o de profissional autônomo, comerciante, funcionário público, principalmente no meio urbano.

Moragas (1997, p.223) pondera que, “entre ambos os sexos, existem diferenças no lazer dos idosos, como existem diferenças entre o lazer de meninos e de meninas, ou

de homens e de mulheres maduros”. O mais importante é compreender essa diferença, em vez de se surpreender com ela. Devem ser buscadas ações que incentivem as práticas de lazer preferidas por homens, e não somente por mulheres, como muitas vezes ocorre. O estudo de Fenalti e Schwartz (2003) mostra essa preocupação em compreender diferentes anseios de homens e mulheres da Universidade Aberta à Terceira Idade (SP) sobre sugestões de mudanças ao programa. Os homens pediram a criação de equipes esportivas para competir, mais viagens e redução do período de recesso do programa para férias; as mulheres, além de concordarem com os homens, sugeriram cursos de danças, aulas de hidroginástica e de natação, construção de uma piscina térmica, cursos de línguas, cursos de culinária e aulas de instrumentos musicais.

Resultados similares aos de Fenalti e Schwartz (2003) foram encontrados por Coutinho e Acosta (2009). Estas autoras, diante da baixa participação masculina nos grupos de terceira idade da cidade de Santa Maria (RS), dedicaram-se a verificar as atividades de lazer realizadas pelos homens idosos da cidade. Coutinho e Acosta (2009) também argumentaram que as diferenças de sexo no lazer advêm de questões culturais desenvolvidas ao longo da vida. Para as autoras, o homem, por ter ficado mais tempo fora do lar devido ao trabalho anterior à aposentadoria, prefere, na velhice, permanecer mais em casa ou em locais calmos onde possa conversar e relaxar. De outro lado, a mulher, por ter permanecido no lar para cuidar dos afazeres domésticos, opta por sair, fazer novas amizades, praticar atividades físicas. Coutinho e Acosta (2009) perceberam, ainda, que os homens se engajam mais em atividades físicas coletivas e de caráter competitivo, pois foram encontrados em clubes onde há oferta de jogos como bocha (uma espécie de boliche), sinuca e jogos de cartas.

Desse modo, reafirma-se a necessidade de estudo das opções de lazer dos

homens velhos, uma vez que aprofundar o conhecimento disponível sobre o lazer do homem idoso poderá contribuir para ações públicas e programas de lazer no sentido de atender melhor às expectativas desses indivíduos. E para se compreender o papel do lazer no envelhecimento é importante destacar que

[...] ações destinadas aos grupos de convivência de idosos devem considerar o universo feminino na terceira idade e suas peculiaridades, ao mesmo tempo em que considerem alternativas que atraiam os homens, favorecendo sua integração social, informação, lazer e qualidade de vida. (BORGES E COLABORADORES 2008, p.2803).

Considerações finais

Com respeito aos idosos e idosas e suas relações com o lazer no contexto de espaços estruturados de lazer como os GCs e programas ofertados especificamente para esta faixa etária, destacam-se duas considerações iniciais: uma social e uma científica. A social consiste na idealização, construída sócio-culturalmente (MELO, 2003; REZENDE, 2008), dos GCs como locais quase exclusivos de excelência na oferta de lazer ao idoso brasileiro. Essa construção de um ideal pode conduzir à limitação da busca independente do idoso por práticas de lazer mais condizentes com seus interesses e necessidades. Cientificamente, observa-se uma escassez de estudos científicos nacionais que investiguem de forma aprofundada os motivos que levam idosos a permanecerem por muito tempo em GCs, a não se interessarem em ingressar nesses grupos, e a participarem desses grupos temporariamente e optarem por sair.

Diante de diferentes tipos de programas para idosos existentes no Brasil, com diversificadas denominações e objetivos, algumas reflexões tornam-se necessárias. Será que esses locais, em especial os GCs, apresentam uma compreensão heterogênea de envelhecimento? Os idosos realmente estão encontrando nesses programas a oferta de lazer que procuram? Esses indivíduos possuem preferência por esses espaços

verdadeiramente por escolha ou pela ausência de outras opções? Há dependência dos velhos com relação a esses espaços quando pretendem obter experiências de lazer? Há dependência desses indivíduos com relação a outras pessoas quanto à suas opções de lazer? Quais as diferenças de gênero quanto às escolhas de práticas de lazer, e estas estão sendo atendidas de forma igualitária?

O presente texto procurou articular algumas questões a respeito do lazer para idosos. Primeiramente se buscou reunir os significados dados à velhice e termos associados, especialmente com relação às conotações de velhice inativa e velhice ativa. A partir daí se discutiu sobre o papel do lazer na vida do idoso, especialmente por parte dos grupos de convivência para idosos e de programas de lazer específicos para esta faixa etária. Em seguida, refletiu-se sobre uma idealização dos GCs como espaços privilegiados e únicos de lazer para a velhice no Brasil. Atrelado a isso, criticou-se a questão da necessidade de autonomia e liberdade diante do lazer no caso de idosos que estabelecem relações de dependência com os GCs, deles não pretendendo sair nem conseguindo visualizar outras oportunidades de lazer fora deste espaço. Procurou-se considerar as motivações aliadas à adesão aos GCs, à não participação nestes grupos, e à desistência destes, especialmente diante da (praticamente) ausência de publicações no tema que informassem as causas para estes movimentos de desistência, dependência e, por que não, resistência aos celebrados GCs. Ao final, procurou-se lembrar que, no trabalho com lazer em idosos, há que se levar em conta às questões de gênero imbricadas nas vivências de lazer passadas, presentes e futuras, especialmente dadas as suas raízes no trabalho e nas relações com família e com a sociedade enquanto grupo maior de vivência cultural.

Silveira, Dias, Moura e Souza (2010) realizaram um extenso levantamento de

estudos publicados no Brasil sobre lazer em idosos. A maciça maioria destes trabalhos não detalha o que fundamentou a proposta das atividades de lazer ofertadas. Mais que isso, raros são os trabalhos que indicam que as atividades foram calcadas na vontade dos idosos participantes. Menos ainda se está considerando, nestas publicações, a possibilidade de uma relação de dependência do idoso com o GC ou programa de lazer. Deve-se atentar para esta dimensão envolvida no lazer dedicado à velhice, especialmente quando se está diante da possibilidade de ferir aspectos belos e importantes do lazer para idosos: a liberdade, a autonomia e a motivação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. G. G. *et al.* A experiência do núcleo de bairro do programa Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA: um exercício de cidadania e solidariedade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 9, p.117-129, 2006.

ALVES JUNIOR, E. D. Lazer, idosos e aposentados: o projeto Prev-quedas. In: ALVES JUNIOR, E. D.; MELO, V. A.; BRÊTAS, A. **Lazer & cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p.149-217.

_____. Procurando superar a modelização de um modo de envelhecer. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 02, p.57-71, mai/ago 2004.

AREOSA, S. C.; BEVILACQUA, P.; WERNER, J. Representações sociais do idoso que participa de grupos para terceira idade no município de Santa Cruz do Sul. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v.5, p.81-100, 2003.

ASSIS, V. F. G.; MARTIN, D. Falas sobre a velhice: entre o perceber e o ser idoso. In: **A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo, v.21, n.48, jul. 2010.

BACZKO, B. Imaginação social. In: ROMANO, R. (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v.5. 311p.

BALTES, M.; SILVERBERG, S. A dinâmica dependência-autonomia no curso de vida.

In: NERI, A. L. (Org.) **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995. p.73-110.

BARRETO, M. L. F. Lazer e cultura na velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1997. p.130-136.

BORGES, P.L. C. *et al.* Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p.2798-2808, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. Senado Federal. **Estatuto do Idoso**. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.direitoidoso.com.br/05/estatuto_do_idoso.pdf. Acesso em: 10 ago. 2010.

BULSING, F. L. *et al.* A influência dos grupos de convivência sobre a auto-estima das mulheres idosas do município de Santa Cruz do Sul-RS. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p.11-17, jan./jun. 2007.

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (Org). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p.141-178.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100p.

CAMPAGNA, J.; SCHWARTZ, G. M. O conteúdo intelectual do lazer no processo do aprender a envelhecer. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 2, p.414-424, abr./jun. 2010.

CARDOSO, A. S. *et al.* Fatores influentes na desistência de idosos em um programa de exercício físico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 225-239b, jan/abr 2008.

CARLOS, S. A. *et al.* Identidade, aposentadoria e terceira idade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v.1, p.77-89, 1999.

CARSTENSEN, L. Motivação para contato social ao longo do curso de vida: uma teoria de seletividade socioemocional. In: NERI, A. L. (Org.) **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995. p.111-144.

CASTRO, O. P. Processo Grupal, A Subjetividade e a Ressignificação da Velhice. In: _____. (Org.) **Velhice, que idade é essa?** Uma construção psicossocial do envelhecimento. Porto Alegre: Síntese. 1998. p. 35-55.

_____. Sobre A Vida: Envelhecer no Tempo e no Espaço. In: CASTRO, O. P. **Envelhecer: um encontro inesperado?: realidades e perspectivas na trajetória do envelhecendo**. Sapucaia do Sul: Notadez, 2001. p. 21-42.

_____. Vivendo em seu Corpo: Uma questão de Consciência e de Criatividade. In: _____. **Envelhecer: revisitando o corpo**. Sapucaia do Sul: Notadez, 2004. p.13-30.

COSTA, M. I. T. P. **Reflexões sobre o idoso na sociedade contemporânea: O lazer como um mero produto a ser consumido na velhice?** 2001. 38f. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

COUTINHO, R. X.; ACOSTA, M. A. F. Ambientes masculinos da terceira idade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p.1111-1118, 2009.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: Socialização e processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 1999. 253 p.

DIAS, A. C. G. Representações Sobre a Velhice: O Ser Velho e o Estar na Terceira Idade. In: CASTRO, O. P. (Org.) **Velhice, que idade é essa?** Uma construção psicossocial do envelhecimento. Porto Alegre: Síntese, 1998. 190p.

DIAS, V. K.; SCHWARTZ, G. M. O lazer na perspectiva do indivíduo idoso. **LÉCTURAS: Revista Digital**, Bueno Aires, v. 10, n. 87, ago. 2005. Disponível em: [HTTP://www.efdeportes.com/efd87/idos.htm](http://www.efdeportes.com/efd87/idos.htm). Acesso em: 15 de maio de 2010.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 333p.

FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento, promoção da saúde e exercício: bases teóricas e metodológicas**. São Paulo: Manole, 2008. v.1. 499p.

FENALTI, R. C. S.; SCHWARTZ, G. M. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.17, n.2, p.131-141, Jul/dez 2003.

FERRARI, M. A. Lazer e ocupação do tempo livre. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002. p.98-105.

FRIAS, S. R. Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário. In: VERAS, R. P. **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: UnATI, 1999. p.183-200.

GÁSPARI, J. C.; SCHWARTZ, G. M. O idoso e a ressignificação emocional do lazer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 1, p.69-76, jan/abr 2005.

GIUBILEI, Sônia. **Trabalhando com adultos, formando professores**. 1993. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

GODBEY, G. **Leisure in your life: an exploration**. 6th. ed. State College, PA.: Venture Pub., 2003. 417 p.

GOMES, C. L.; PINTO, G. B. O lazer na velhice: reflexão sobre as experiências de um grupo de idosos. **Kairós**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.113-133, dez. 2006.

GOMES, C. L., PINTO, G. B. Pesquisando o lazer de um grupo de idosos no Brasil. **LÉCTURAS: Revista Digital**, Buenos Aires, v. 11, n.106, mar. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050**. Revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IWANOWICZ, J. B. O lazer do idoso e o desenvolvimento prossocial. In: BRUHNS, H. T. **Temas sobre lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000. 156p.

JESUS, J. F.; AMARAL, M. T. M.; **Concepções de lazer das mulheres idosas do projeto "Esporte Cidadão"**. 2007. 72f. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

KROEFF, L. R. O idoso e o seu processo grupal institucional num programa para idosos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v.3, p.103-121, 2001.

MCPHERSON, B. Envelhecimento populacional e lazer. In: SESC/WRLA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC, 2000. p.227-249.

MAGNANI, J. G. C. O homem idoso e sua participação social: lazer, militância política e cultural. In: SEMINÁRIO ENVELHECIMENTO MASCULINO, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, São Paulo:SESC, 2009, 11p.

MEISTER, J. A. F. Lazer e Prazer é só Fazer. In DORNELLES, B.; COSTA, G. J. C. **Lazer, Realização do Ser humano: Uma abordagem para além dos 60 anos**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005. 158p.

MELO, V. A. Programas de lazer para idosos no Brasil; Sugestões com base em um panorama. In: MELO, V. A. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: Ibrasa, 2003, cap.2. p.57-71.

MIRANDA, L.; GUIMARÃES, A. C. A.; SIMAS, J. P. N. Estilo de vida e hábitos de lazer de freiras e padres idosos de Florianópolis/SC. **Rev. Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 15, n. 1, p.15-22, 2007.

MORAGAS, R. M. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. São Paulo: Paulinas. 1997. 288p.

MOTTA, A. B. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, M. C.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p.37-48.

MUNHOZ, V. C. C. O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.59-99.

MUNNÉ, F. **Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico**. México: Trillas, 1980. 206 p.

NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice e subjetividade. In: NERI, A. L. (Org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea, 2007. p.13-59.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L.; DEBERT G. G. (Org). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p.113-140.

OLIVEIRA, Y. A. D. O lazer do idoso. In: RODRIGUES, R. A. P.; DIOGO, M. J. D. (Org.) **Como cuidar dos idosos**. 2.ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 113-119.

OLIVEIRA, M.; CABRAL, B. O lazer nos grupos de convivência para idosos: prática renovada de sociabilidade. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 7, ENCONTRO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4, 2004, Universidade do Vale do Paraíba. **Anais ...**, São José dos Campos: 2004. p.1632-1638.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembléia das Nações Unidas, 1948.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Statistical Information System**. 2007. Disponível em: <http://www.who.int/whosis/em/index.html> . Acesso em: 07 nov. 2010.

PENNA, F.; SANTO, F. O movimento das emoções na vida dos idosos: um estudo com um grupo da terceira idade. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.8, n.1, p.17-24, 2006.

PEREIRA, L. A.; PEREIRA, A. V. S.; MORELLI, G. A. S. A importância do lazer da terceira idade: um estudo de caso em Ribeirão Preto. **LÉCTURAS: Revista Digital**, Buenos Aires, n. 98, jul. 2006.

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, n. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

REZENDE, R. Afeto, velhice e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p.1-21, dez. 2008.

RIBEIRO, R. C. L.; *et al.* Capacidade funcional e qualidade de vida de idosos. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 85-96, 2002.

RODRIGUES, M. C. O lazer do idoso: barreiras a superar. **Rev. Brasileira de Ciências do Movimento**, Brasília, v. 10, n. 4, p.105-108, out. 2002.

RUSCHEL, A. E. Envelhecimento e gênero: A construção de um Novo Tempo. In: CASTRO, O. P. (Org.) **Velhice, que idade é essa?** Uma construção psicossocial do envelhecimento. Porto Alegre: Síntese, 1998. p.87-100.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p.23-31, 2003.

SILVA, A. O.; SILVA, M. D.; MEIRA, J. B. S. Envelhecimento em grupos de convivência: uma experiência no SESC unidade Açude Velho/Campina Grande-Paraíba. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 7, ENCONTRO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2004, São José dos Campos. **Anais ...** São José dos Campos: 2009, p.1-3.

SILVEIRA, D. C.; DIAS, A. O.; MOURA, G. A.; SOUZA, L. K. Produção científica nacional em lazer e envelhecimento: Resultados Preliminares. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFMG, 9, 2010, Belo Horizonte. **Resumos...** Belo Horizonte, 2010.

SIQUEIRA, M. E. C. Teorias sociológicas do envelhecimento. In: NERI, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2008. p.73-112.

SOUZA, L. K. de Velho Amigo, Amigo Velho: Amizade na Velhice. In: CASTRO, O. P. **Envelhecer: revisitando o corpo**. Sapucaia do Sul: Notadez, 2004. p. 69-86.

SOUZA, L. K. de Uma Nova Chance: O Idoso na Universidade. In: CASTRO, O. P. **Envelhecer: um encontro inesperado?: realidades e perspectivas na trajetória do envelhecete**. Sapucaia do Sul: Notadez, 2001. p. 93-120.

SOUZA, L. K. de; GARCIA, A. Amizade em idosos: um panorama da produção científica recente em periódicos estrangeiros. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 173-190, 2008.

SPIRDUSO, W. **Dimensões físicas do envelhecimento**. Barueri: Manole, 2005. 482 p.

TEIXEIRA, S. M. Lazer e tempo livre na “terceira idade”: potencialidades e limites no trabalho social com idosos. **Kairós**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 169-188, 2007.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): Position paper from The World Health Organization. **Soc Sci Med**. v. 41, p.1403-1409, 1995.

UVINHA, R. R. Lazer e qualidade de vida: um enfoque na faculdade da terceira idade-Faculdade de Educação Física de Santo André-FEFISA. **Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p.153-163, 1999.

VAROTO, V. A. G.; TRUZZI, O. M. S.; PAVARINI, S. C. I. Programas para idosos independentes: um estudo sobre seus egressos e a prevalência de doenças crônicas. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.13, n.1, p.107-114, jan-mar 2004.

VECCHIA, R. D.; *et al.* Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.246-52, 2005.

VENTURI, G.; BOKANI, V. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC/SP, 2007. 288p.

VIANA, M. R. F. **Lazer e terceira idade: Um lugar onde ninguém é velho**. 1999. 131f. Monografia (Especialização em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

VILARINO, M. A. M.; LOPES, M. J. M. Envelhecimento e saúde nas palavras de idosos de Porto Alegre. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 63-77, 2008.

WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1997. 158p.

WRLA. Carta do lazer. In: CONGRESSO MUNDIAL DO LAZER, 5, 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: WRLA, 1998.

ZAHREDDINE, D.; RIGOTTI, J. I. R. O Processo de Envelhecimento Populacional em Belo Horizonte: Análise e mapeamento dos anos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais ...**, Caxambu: 2006.

Endereço das Autoras:

Luciana karine de Souza
Aline Oliveira Dias
UFMG-FAFICH-Depto. de Psicologia
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, s. F-4050
Campus Pampulha
31270-901, Belo Horizonte-MG.
Endereço Eletrônico: lucianak@fafich.ufmg.br e liliudias@hotmail.com